

Educação de jovens e adultos: territórios e subjetivação

Flávio Boleiz Júnior¹

Resumo

O presente artigo aborda questões relativas à construção, à constituição e ao resgate da identidade de jovens e adultos em função das relações que se estabelecem nos territórios em que circulam, vivem, sobrevivem e aprendem a estar no mundo e, estando nele, lê-lo. A condição “popular” apresentada nesse contexto diz respeito ao fato de que os jovens e adultos mais pobres são os que estão diretamente ligados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), ainda que a expressão “educação popular” extrapole essa questão e possa referir-se à educação pensada e realizada para as camadas mais pobres da sociedade que, não por acaso, se referem à maioria da população mundial. Na contemporaneidade, o território – como “lugar” onde se estabelecem as relações sociais – se constitui como local geográfico da ação, da atuação, dos sujeitos sociais, imerso nas condições asseguradas pelas próprias relações entre indivíduos, grupos e tribos que ali se desenrolam. Lugar de interações dialógicas e dialéticas entre crianças, jovens, adultos e idosos, o território também é lugar de ensinar-e-aprender e de aprender-e-ensinar, onde educadores e educandos trocam suas experiências, seus saberes e inter-relacionam suas subjetividades.

Palavras-chave

Educação de Jovens e Adultos. Território. Subjetividade.

1. Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo; educador; pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração Escolar (GEPAE/FEUSP); professor do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Complexo Educacional FMU e de Graduação do Centro Universitário Unisant’Anna; colaborador da ONG Movieco, do Instituto Harmonia na Terra, do Núcleo de Amigos da Infância e Adolescência e da Carta da Terra Internacional; membro afiliado da Associação Brasileira da Escola Moderna (Abrem). E-mail: boleiz@usp.br.

Youth and adult education: territories and subjectivity

Flávio Boleiz Júnior*

Abstract

This article discusses issues concerning the construction, the constitution and the redemption of the identity of youth and adults according to the relations established in the territories of operation, where they live, survive and learn to be in the world, and, being in it, learn how to read it. The “popular” condition presented in this context concerns to the fact that the poorest youths and adults are those who are directly related to The Youth and Adult Education (EJA), even though the term “popular education” goes beyond this issue and can refer to the education conceived and carried out to the poorest sections of society which, not incidentally, refer to the majority of the world population. Nowadays, the territory - as a “place” where social relations are established - is constituted as a geographic location of the social subjects’ action and actuation, when immersed in the conditions ensured by the relations among individuals, groups and tribes that are developed there. Place of dialectical and dialogic interactions among children, youths, adults and seniors, the territory is also the place to teach-and-learning and learning-and-teaching, where teachers and students exchange their experiences, their knowledge and interrelate their subjectivities.

Keywords

Adult and Youth Education. Territory. Subjectivity.

* Candidate for a doctor’s degree in Education at the University of São Paulo, educator, Studies and Research in School Administration Group researcher (GPAE/FEUSP); professor of the Lato Sensu post-graduation course in Education at the Educational Complex FMU and in the graduation courses of the Unisant’Anna University Center; collaborator to: the ONG Movieco, the Harmony on Earth Institute, the Childhood and Adolescence Friends Nucleus and the International Letter of the Earth, Brazilian Modern School Association (ABREM) member. E-mail: boleiz@usp.br.

Território: lugar demarcado pelas fronteiras e pessoas

Em seus fazeres cotidianos, os seres humanos ocupam e preenchem diferentes espaços geográficos, impregnando-os e marcando-os com as consequências de suas ações. A inter-relação que se estabelece entre os fenômenos naturais que marcam esses espaços geográficos e a ação dos homens que aí vivem e que passam a incidir sobre eles, determinam transformações culturais que acabam por caracterizar esses espaços como territórios, pois como argumenta Milton Santos,

o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 2002, p. 96).

Nessa perspectiva, o território é o lugar usado por uma determinada população na consecução de seu dia a dia. “A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado Nacional decorre dessa relação tornada profunda” (SANTOS, 2002, p. 97). Nas inter-relações que os sujeitos estabelecem no seio do território onde vivem e convivem, vão-se estabelecendo ligações materiais e psíquicas que marcam o sentimento de pertencimento, que acaba por se fixar na identidade dos “eu” e dos “nós”² que integram a comunidade do território. Nessa perspectiva determinam-se modos de ver e viver no mundo, modos de viver e compreender a vida.

É no interior do território – em que se realiza mais detidamente a vida dos sujeitos – que ocorre sua “atualização histórico-cultural”, a que Vitor Henrique Paro (2001, p. 21) nomeará educação. Aprender e ensinar, no dia

a dia dos sujeitos que compõem a configuração social do território, marcarão, naturalmente, a vida da comunidade. Ao olho treinado do educador comprometido com a realidade de seus educandos, o território geográfico, para além de demarcação espacial, revelar-se-á em lugar onde cada sujeito, inclusive ele mesmo – o educador – caracteriza-se como alguém que aprende num meio densamente ensinante, preenche de construções individuais, coletivas e de trocas de saberes e conhecimentos.

O meio circundante do indivíduo, densamente ocupado por uma grande diversidade de sujeitos, marca determinantemente sua vida como lugar onde se constroem conhecimentos, circulam informações, concretizam-se valores, estabelecem-se crenças, desenvolvem-se tecnologias e filosofias, adquirem-se e transformam-se costumes e hábitos. É aí, no entorno que ocupa, que o indivíduo transcende a Natureza e transforma sua própria essência humana. O território em que vive e convive é o *locus* onde, vencendo as imposições das necessidades naturais e sociais, o indivíduo se faz histórico e, por conseguinte, conquista sua condição humana objetiva.

A ideia que daí decorre de território alude a uma condição de proximidade entre os indivíduos, numa troca constante de relações de tal magnitude, que passa a sublimar certas eventuais diferenças sociais, inviabilizadas pela própria cercania que envolve os sujeitos sociais. Entretanto, Milton Santos verificou que a proximidade física não minimiza as diferenças sociais nem diminui seu isolamento com relação a seus pares. Para ele,

a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente

2. Ao utilizar os termos entre aspas “nós” e “eu”, refiro-me às características que marcam as identidades coletivas – nos “nós” – que são formadas não pela somatória, mas pelas interações entre as identidades individuais – dos “eu” – que também se transformam nas relações desenvolvidas no território.

separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros (SANTOS, 2004, p. 33).

A partir da análise das relações sociais que se desenrolam no interior dos territórios, Alain Touraine (1973) analisa sua dinâmica e assevera que em sua constituição, “a sociedade se produz, se adapta e, por fim, se consome”. Assim, a produção da sociedade, e do próprio território, diz respeito à sua historicidade, que se realiza nos fazeres de seus membros que, ao atuarem em seu entorno, constroem sua existência a partir das relações de dominação de uns sujeitos sobre outros. Tais relações de dominação determinam a maneira como se produzem as regras, leis locais e “políticas públicas”, que resultam no seu nível organizacional e funcional de consumo.

Sua adaptação diz respeito também à sua historicidade, já que sua construção se interconecta com a sociedade como um todo, garantindo sua subsistência enquanto – na qualidade de território – fração social no qual se procura alargar os direitos a partir de uma luta quase que cotidiana entre seus membros. Seu consumir-se está imbricado ao seu nível organizacional ou funcional, no qual se dão todos os níveis estatísticos de funcionamento. É aí que se travam os conflitos originados, por exemplo, pela luta por linhas de ônibus, por melhores condições de saúde, por creches para os filhos dos trabalhadores, por saneamento básico etc.

Os territórios, onde os indivíduos vivem e convivem, não se traduzem, como vimos, meramente por pedaços de terra onde estão contidos certos volumes populacionais. O território é um lugar habitado, marcado pela presença humana, um ambiente “ecossocial”. Desde uma visão ecológica, é um ecossistema.

Território: lugar de viver e conviver

A noção de território se relaciona com o

viver junto, igual e diferente, pois é aí (no território) que esse viver se realiza. Mas na sociedade capitalista, de maneira ambivalente, o território é o “espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa” (SANTOS, 2004, p. 33). O território é o lugar em que os homens acentuam sua alienação em função da maneira como têm que se submeter no trabalho e em função do modo de produção em que se encontram imersos. Apesar de transcenderem a natureza na somatória da coletividade a que pertencem, em sua organização social,

o que os une, no espaço, é a sua função de mercadoria ou de dado fundamental na produção de mercadorias. O espaço, portanto, reúne homens tão fetichizados quanto as mercadorias que eles vêm produzir nele. Mercadorias eles próprios, sua alienação faz de cada homem um outro homem (SANTOS, 2004, p. 33-34).

No mundo regido por esse modo de produção que divide a sociedade e as cidades em múltiplos territórios, depara-se com os países do norte e os do sul, com o oriente e o ocidente, com os meios rurais e urbanos, com as regiões centrais e periféricas das pequenas e das grandes cidades. Cada lugar com suas características geográficas e sociais. Com suas peculiaridades culturais e políticas a formar diferentes territórios e territórios dentro de territórios em que, nas trocas diárias que se realizam entre as ideias, costumes, valores e costumes, nos encontros individuais e coletivos, se desencadeiam processos em que os sujeitos, dialeticamente, ensinam e aprendem inseridos em circunstâncias específicas.

Território: lugar de aprender e ensinar

As peculiaridades que marcam os diferentes lugares onde os sujeitos jovens e adultos ensinam e aprendem vêm exigindo

um olhar, a cada dia, mais focado por parte dos educadores, em sua análise científica do segmento com que trabalham. Esse foco tem-se centrado no fato de que é preciso conhecer cada vez melhor os alunos com que se trabalha, bem como a realidade que se desenha em função dos territórios onde esses alunos vivem e convivem. Não tem sentido que educadores de jovens e adultos se atenham a elaborar conteúdos e metodologias a serem trabalhados em suas fainas educativas, levando em conta apenas as características das idades dos estudantes. Os próprios conteúdos educacionais não podem estar totalmente distanciados do meio em que se pretende trabalhar a Educação. Paulo Freire argumenta que

o que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos –, nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular (FREIRE, 2002, p. 16).

A Educação de Jovens e Adultos, tomando um viés popular, abarca uma maior quantidade de aspectos com sentido para os educandos. Esse viés não encontraria significado numa abordagem que se ocupasse de uma realidade que só encontrasse nexo fora do território de ação dos educandos. Do senso comum, presente nas relações cotidianas do grupo de educandos no lugar onde eles vivem e convivem, é que o educador precisa fazer surgir o olhar crítico para que se possa ir construindo uma maneira crítica de ler e abarcar o mundo, a partir, sempre, da realidade pessoal dos alunos. Por isso, segundo Freire,

[...] são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta. E, ao fazê-lo, devem ir, com a indispensável ajuda do educador, superando o seu saber anterior, de pura experiência feito, por um

saber mais crítico, menos ingênuo. O senso comum só se supera a partir dele e não com o desprezo arrogante dos elitistas por ele (FREIRE, 2002, p. 16).

Entendida a educação popular – proposta aqui por Paulo Freire – como aquela educação que se faz a partir dos interesses e da realidade dos educandos, não se pode pensar noutra circunstância de construção didático-pedagógica senão aquela que se operacionaliza a partir da realidade do entorno social do educando, portanto, do território em que vive e convive, como lugar onde, estando no mundo, aprende e habitua-se a ler o mundo. Afinal de contas, é nesse espaço de convivência cotidiana que se concretizam as práticas e valores sociais. Como argumenta Milton Santos, “o espaço é a matéria trabalhada por excelência: a mais representativa das objetificações da sociedade, pois acumulam, no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas” (SANTOS, 2004, p. 33).

O conjunto de crenças, valores, conhecimentos tradicionais – sejam advindos do senso comum ou de outras formas de acesso ao conhecimento –, usos da linguagem, das tecnologias e dos saberes em geral, dão corpo e complexificam a paisagem que conforma o território de determinada população, contribuindo para sua adequação aos seus quereres, anseios e possibilidades. Tal paisagem local contribui diretamente para a constituição de uma realidade única que possibilita diretamente uma série de relações de ensino-aprendizagem tanto nos espaços não escolares, quanto na própria escola, quando o educador se compromete com a realidade de seus educandos.

De acordo com Milton Santos,

[...] uma região produtora de algodão, de café ou de trigo. Uma paisagem urbana ou uma cidade de tipo europeu ou de tipo americano. Um centro urbano de negócios e as diferentes periferias urbanas. Tudo isto são paisagens, formas mais ou menos duráveis. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais

e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais, e ser o resultado da acumulação da atividade de muitas gerações (SANTOS, 2004, p. 53).

Se para a educação de crianças as relações entre os conteúdos, as metodologias e a realidade são de extrema importância, constituindo mesmo o que há de verdadeiramente popular em sua educação, para os jovens e adultos, em cujas vidas já se têm acumulado uma gama muito maior de experiências a partir de suas vivências no cotidiano doméstico e laboral, a importância da relação direta entre os métodos e conteúdos educacionais e sua realidade é ainda maior, demandando comprometimento também maior por parte de seus educadores.

Paulo Freire considerava que no processo de ensino, era essencial que se respeitasse “os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos” (FREIRE, 2002, p. 16), como “pontos de partida” para seu trabalho docente – “e não de chegada”. O trabalho dos educadores que se construa a partir dos interesses vinculados à realidade dos educandos, comprometido com sua mais próxima realidade, possibilita, segundo Freire, que os educandos possam ir compreendendo cientificamente suas próprias experiências. Uma tal abordagem, de caráter explicitamente territorialista, abarca a “superação do senso comum [e] implica uma diferente compreensão da História” (FREIRE, 2002, p. 17).

O trabalho docente, na Educação de Jovens e Adultos, que se realiza numa tal textura diretamente ligada ao espaço e ao tempo desveladores da realidade social dos educandos, os levam a compreender sua história e a apreendê-la, apropriando-se dos teares que a tecem, fio a fio. Freire afirma que

[...] implica entendê-la e vivê-la, sobretudo vivê-la, como tempo de possibilidade, o que significa a recusa a qualquer explicação determinista, fatalista da história. Nem o fatalismo que percebe o futuro como repetição

quase inalterada do presente, nem o fatalismo que percebe o futuro como algo pré-dado. Mas o tempo histórico sendo feito por nós e refazendo-nos enquanto fazedores dele. Daí que a educação popular, praticando-se num **tempo-espaço** de possibilidade, por sujeitos conscientes ou virando conscientes disto, não possa prescindir do sonho (FREIRE, 2002, p. 17, grifo meu).

Parafraseando Alberto Melucci (2004), ao pensar na noção de território como lugar, parece que o espaço, herdado da modernidade por todos, é aquele demarcado pelas cercas e muros que constituem os limites da propriedade privada. Espaço restringido aos lugares em que se pode ir, que organiza a vida na sociedade capitalista, assinala papéis, mede o sucesso dos indivíduos e permite-lhes situar-se a maior ou menor distância da fronteira que separa o ambiente dos excluídos daquele dos (ainda) incluídos socialmente. O espaço se faz representar numa espécie de esquadramento de fronteiras que, de maneira hierárquica, vão-se posicionando socialmente, possibilitando aos indivíduos situarem-se quanto aos lugares possíveis de ser preenchidos, ocupados, utilizados. Esse esquadramento espacial, ao mesmo tempo, explicita quais as posições que não devem ser ultrapassadas, que se reservam apenas a determinados extratos sociais (castas?), cuja evidência de frequência se impõe como referência de identificação daqueles que se destacam como possuidores de poder de consumo numa sociedade profundamente consumista.

Território: lugar de se incluir e segregar. Lugar a levar

Ao contrapor inclusão e segregação, presentes e atuantes no cenário social, verifica-se que, por um lado, o indivíduo, a partir da sua inserção num dado território, pode vir a construir uma identidade que o ligue a esse lugar e aos demais indivíduos que aí circulam e interagem

e, dessa maneira, transformar seu modo de estar no mundo. Por outro lado, também a partir do encontro de vários sujeitos que se percebem de maneira comum em termos de identidade, nas suas ações em busca de mesmos objetivos, pode-se ir constituindo um novo território no espaço em que esses indivíduos circulam ou ocupam.

Cabe questionar-se, neste ponto, se os espaços ocupados pelos indivíduos, na constituição dos territórios, limitam-se a áreas demarcadas fisicamente apenas ou ultrapassam os limites dos muros, das cercas e das linhas imaginárias das fronteiras para se expandirem ou serem transportados pelos sujeitos que os constituem, em sua circulação pelos diferentes lugares que frequentam. Melucci provoca esta reflexão, ao afirmar que

a geografia territorial como quantidade mensurável é substituída por uma geografia mental como possibilidade de mover-se no espaço. Junto ao tempo, **também o espaço torna-se múltiplo e descontínuo**, exigindo a capacidade de mudar de bitola (no sentido exato da palavra), de mudar de quantidade e qualidade, de localizar-se e deslocar-se com grande elasticidade. (MELUCCI, 2004, p. 30, grifos meus)

Noções de proximidade e distância, localidade e deslocamento, extensão e tamanho territorial, assumem novas conotações à medida que os indivíduos se apropriam delas e, subjetivamente, passam a usá-las e vivê-las de diferentes maneiras e em diversas ordens em suas vidas.

Certos lugares se constituem ecossocialmente com solidez. As interações da comunidade vão modificando o território sobre o qual se estabelecem, ao mesmo tempo em que se vai tecendo uma rede de afinidades e formando laços identitários que, ao passo que se solidificam, influenciam a formação dos “eu” e dos “nós” locais.

Fez-se referência, acima, à relação que se

pode observar entre os processos de subjetivação e os de constituição de territórios como algo dinâmico e concomitante. O dinamismo dessa relação pode ser percebido a partir da verificação do modo como as inter-relações entre os indivíduos e o lugar, numa somatória de natureza e cultura, vão constituindo a subjetividade dos “eu” e dos “nós” que vão ocupando e transformando esse lugar, ao mesmo tempo em que vão se modificando e se impregnando pelo mesmo lugar.

A concomitância dessa relação, entre os processos de subjetivação e de constituição de territórios, pode ser observada à medida que se analisa o “lugar-para-onde-vão” os excluídos da sociedade de segregação, num mundo em que a propriedade privada já “cercou”, “murou” e “delimitou” praticamente todo o espaço geográfico, principalmente se nos referirmos à especificidade das cidades, onde o “fora dos muros” se demarca nas regiões cada vez mais periféricas.

Numa analogia ao processo histórico de decadência do sistema feudal, poder-se-ia pensar a constituição de novos territórios, novas identidades e novos sujeitos (individuais e sociais) a partir das relações entre os indivíduos que se situam “fora” (os excluídos) e os que se situam “dentro” (ainda incluídos) da sociedade (pós?)-industrial de segregação. Para se estabelecer tal analogia, veja-se primeiramente como se deu a movimentação territorial dos indivíduos que, colocados para fora dos muros dos feudos, construíram sua subjetividade nas inter-relações identitárias que passaram a estabelecer nos burgos. Longe do modo de vida “interfeudo”, em que a família toda vivia no mesmo espaço numa relação direta de exploração pelo senhor feudal, ocorreu o que Stuart Hall (2005), ao analisar as transformações dos anseios identitários das classes populares (colonos e primeiros artesãos que viriam a conformar a burguesia do final da época medieval e início dos tempos modernos), chama de “emergência de uma concepção

mais individualista do sujeito”. Conforme Hall,

a emergência de noções de individualidade, no sentido moderno, pode ser relacionada ao colapso da ordem social, econômica e religiosa medieval. No movimento geral contra o feudalismo houve uma nova ênfase na existência pessoal do homem, acima e além de seu lugar e sua função numa rígida sociedade hierárquica (2005, p. 28).

Observa-se, hoje, o movimento de deslocamento que os vinte por cento, no mínimo, de excluídos são obrigados a fazer em relação ao mundo dos (ainda) incluídos. É possível pensar que a movimentação territorial dos indivíduos que, colocados para fora dos muros da sociedade com possibilidade de consumo, desencadeie, também, como outrora no período do processo de dissolução do sistema feudal, a formação de novas subjetividades em inter-relações identitárias que passem a se estabelecer em novos territórios que se situem para além dos limites das relações sociais dos “de dentro”. Esses novos territórios somam-se na constituição do lugar situado “fora” no esquema da sociedade de segregação. Esses territórios se constituem a partir de uma nova lógica, diferente daquela já complexa da constituição dos territórios situados “dentro”. Portanto, “dentro” e “fora” vão-se constituindo em posições passíveis de serem observadas a partir de referenciais que se encontram em polos opostos. Num movimento contínuo de exclusão social, não seria de espantar a possibilidade de uma inversão no esquema da sociedade de segregação, de modo que as fronteiras dos de “fora” delimitasse um contingente muito maior do que a dos “de dentro”.

Observa-se, pois, que há territórios que não se constituem com a mesma solidez ecossocial que outros. A contemporaneidade caracteriza-se como um tempo em que os indivíduos constroem suas subjetividades a partir das interações entre as várias

identidades que precisa possuir para poder transitar na sociedade. Melucci discorre que,

[...] respeitando os diferentes graus de complexidade, poderemos falar de muitas identidades que nos pertencem: a pessoal, a familiar, a social, e assim por diante; o que muda é o sistema de relações ao qual nos referimos e diante do qual ocorre nosso reconhecimento (2004, p. 50).

Esses “sistemas de relações” podem ser compreendidos como situações diferentes pelas quais passam os indivíduos ou como territórios diferentes pelos quais transitam. Ao se analisar esses sistemas de relações do ponto de vista dos territórios, poder-se-á perceber que cada um desses territórios, que marcam essas diferentes identidades, pode se configurar em lugar geograficamente situado ou em espaço atinente a “uma geografia mental como possibilidade de mover-se no espaço” (MELUCCI, 2004, p. 30).

Sem falar em territórios, Stuart Hall relaciona as múltiplas identidades formadoras do sujeito com “diferentes sistemas de significação e representação cultural” por onde tal sujeito circula, afirmando que

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

Os territórios onde se assumem cada uma dessas identidades que compõem a subjetividade dos indivíduos são espaços em que se dão

“relações que compreendem nossa capacidade de nos reconhecermos e a possibilidade de sermos reconhecidos pelos outros” (MELUCCI, 2004, p. 50). Esses territórios são povoados pelo trânsito de inúmeros “outros” que, relacionando-se como indivíduos em busca de mesmas metas através de meios comuns, constroem-se como sujeitos (eu) ao mesmo tempo em que como atores (nós). Enquanto cada sujeito aí se situa como indivíduo com sua identidade pessoal na inter-relação dos vários sujeitos com o grupo, acaba por constituir-se uma identidade coletiva. Tal como no caso individual, cada sujeito integra-se a diferentes identidades coletivas, conforme o grupo ou território por onde esteja circulando. No mundo da urbanidade, a multiplicidade de territórios por onde se circula cotidianamente é enorme, mesmo quando se fala dos “de fora” – dos que vivem e convivem nas periferias das cidades –, pois ali também se constituem diferentes territórios frequentados e formados por diferentes grupos de sujeitos. A transitoriedade entre os diferentes grupos acaba por dotar os sujeitos de diferentes traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares de cada território. Ao falar das pessoas que transitam pelos diferentes territórios em suas relações sociais, Hall (2005, p. 89) afirma que “elas não são e nunca serão unificadas [...] porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias ‘casas’ (e não a uma ‘casa’ em particular).”

Na relação com o grupo, o indivíduo busca o fortalecimento de sua própria identidade, ao mesmo tempo (de maneira dinâmica) em que reforça a identidade do grupo. Melucci (2004, p. 44-49) refere-se a três níveis de tensões que se apresentam nas relações de identificação do indivíduo com o grupo. O primeiro nível diz respeito ao conflito entre o que deve mudar e o que deve se manter no indivíduo para que se constitua a identidade coletiva. O segundo

nível diz respeito ao conflito entre o que o ator coletivo aparenta quando visto de fora e o que ele realmente é quando conhecido por dentro. O terceiro nível de tensão diz respeito à lógica do “custo-benefício”, que comporta o conflito entre o mero estar juntos e a ação coletiva que constrói algo em conjunto, pois quando o estar juntos não desencadeia uma construção coletiva, a relação do grupo não se sustenta.

Território: lugar de ser e estar, fazer e fazer-se, que ensina e faz aprender

“Eu” e “nós” interagem em relação direta na constituição dos territórios. Dessa relação emergem diferentes identidades, que vão sendo apropriadas tanto pelo sujeito como pelo coletivo que ocupa e constitui o território sobre o qual se estabelece. As interações entre sujeito, coletivo, território e as múltiplas identidades, caracterizam-se pelo dinamismo e pela concomitância em que se dão. A noção de território, aqui, acaba por se identificar como contribuinte para a formação de sujeitos individuais e coletivos, ao mesmo tempo em que a formação de sujeitos individuais, em sua inter-relação com o coletivo, contribui para a constituição de novos territórios.

Territórios e subjetividade, pois, interconectam-se, complementam-se e apoiam-se mutuamente enquanto construtos de seus significados mútuos e específicos.

Nesse ambiente – ecossistema – compreendido pelo território em sua completa concepção, cunhada por Milton Santos, crianças, jovens adultos e idosos interagem, trocam experiências (seja ao acaso, seja intencionalmente) num processo que ensina e propicia aprender, delimita-se tal espaço com os muros da escola, as fronteiras de um quarteirão, de um bairro ou de uma projeção mental.

Na intenção do educador comprometido com a conscientização, com a libertação e

com o crescimento de seus educandos, o conhecimento da realidade conformada pelo território transforma-o em lugar educador de sujeitos que aprendem em permanentes trocas dialéticas cotidianas, sejam esses sujeitos crianças ou adultos, “de dentro” ou “de fora”, no contexto capitalista que é o que há ou no outro contexto que haverá de vir.

Referências

- FREIRE, Paulo. Educação de adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2002.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- TOURAINÉ, Alain. **Production de la société**. Paris (França): Seuil, 1973.

Submetido em 31 de março de 2011

Aprovado em 14 de junho de 2011